



PREFEITURA DE
ORÓS
EXPERIÊNCIA COM INOVAÇÃO

CABINETE DA
PREFEITA

MENSAGEM Nº. 360/2025

ORÓS-CE, EM 05 DE MAIO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Legislativo Oroense;

Excelentíssimos Senhores Vereadores;

Tenho a honra de submeter à deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 360/2025, que propõe alteração à Lei Municipal nº 182/2020, a fim de reajustar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar do Município de Orós para o valor correspondente a 2 (dois) salários mínimos mensais.

A presente proposição tem como escopo a valorização da atuação dos conselheiros tutelares, agentes públicos que exercem função essencial à proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. A complexidade e a relevância das atribuições desempenhadas por esses profissionais justificam a necessidade de atualização da contraprestação que lhes é devida, observando critérios de justiça remuneratória e compatibilidade com os encargos do cargo.

Em razão do que se explanou, bem como das razões já expostas e buscando gerir com austeridade os recursos confiados ao Poder Público e dando atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhamos com pedido de tramitação em **REGIME ESPECIAL**.

Esperando que o presente projeto receba acolhida nessa C. Casa de Leis, subscrevo-me enviando a V.Exa. os meus protestos de estima e apreço.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS/CE, EM 05 DE MAIO DE 2025.

Assinatura digitalizada por meio do sistema SEMP
Tereza Cristina Alves Pequeno
É o meio mais seguro para a assinatura digital. Verifique em
<http://semp.mec.gov.br/assinadigital>



Tereza Cristina Alves Pequeno
Prefeita Municipal



PREFEITURA DE
ORÓS
PERMANÊNCIA COM HISTÓRIA

GABINETE DA
PREFEITA

PROJETO DE LEI Nº 360/2025

ORÓS-CE, EM 05 DE MAIO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE ORÓS

PROTÓCOLO Nº 227 / 2025

RECEBI HOJE, 06 / 05 / 25

Guilherme P. Cândido
SERVIDOR(A)

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº. 182/2020 PARA
DISPOR SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS
MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO
MUNICÍPIO DE ORÓS/CE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ORÓS, no uso de suas atribuições legais,
remete a Câmara Municipal de Orós/CE o seguinte projeto de lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 182, de 21 de fevereiro de 2020, passa a
vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fixar
o salário dos conselheiros tutelares no valor
correspondente a 2 (dois) salários mínimos mensais
vigentes à época do pagamento, os quais serão
atualizados na forma da lei, de acordo com o reajuste do
salário mínimo estabelecido anualmente pelo Governo
Federal.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos
retroagem a 1º de maio de 2025.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS-CE, EM 05 DE MAIO DE 2025

ASSINADO DIGITALMENTE
Tereza Cristina Alves Pequeno

A conformidade com a legislação sobre assinatura digital
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

SERPRO

Tereza Cristina Alves Pequeno
Prefeita Municipal